



NIETZSCHE E O DISCURSO FILOSÓFICO DA MODERNIDADE

Nietzsche, Habermas and the philosophical speech of modernity

Amanda Sobrinho Costa¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a crítica nietzschiana a moral moderna, tal como descrita na *Genealogia da moral*. Procuramos ainda destacar a crítica de Habermas a Nietzsche presente na obra: Discurso Filosófico da Modernidade, mais precisamente no capítulo IV “Entrada na Pós-Modernidade: Nietzsche como ponto de inflexão”, onde Habermas discute os aspectos que estruturam o pensamento moderno, colocando a filosofia de Nietzsche como uma ruptura entre o moderno e o pós-moderno. Habermas apresenta a Modernidade como um paradigma, um momento ímpar na história do Ocidente. É no interior da filosofia hegeliana, segundo Habermas, que pela primeira vez se toma consciência no plano conceitual do que seja a Modernidade. Habermas acrescenta ainda que, nem Hegel, nem seus discípulos jamais questionaram as conquistas da Modernidade. Contudo, Nietzsche vislumbra nesta Modernidade a continuação de um mesmo mal: a vida reativa continuaria a triunfar, os valores que vem de baixo continuam a vigorar e os antigos valores metafísicos e negadores da vida que vão determinar as ações. Portanto, aquilo que Nietzsche propõe em sua crítica a modernidade é uma transvaloração dos valores, o que implicaria necessariamente a superação dos valores reativos, pois, só assim seria possível a grandeza na terra.

Palavras-chaves: Nietzsche. Habermas. Hegel. Modernidade. Transvaloração.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the Nietzschean critique of modern morals, as described in the Genealogy of Morals. We also try to highlight Habermas' criticism of Nietzsche present in the work: Philosophical Discourse of Modernity, more precisely in chapter IV “Entry into Post-Modernity: Nietzsche as a turning point”, where Habermas discusses the aspects that structure modern thought, placing the Nietzsche's philosophy as a break between the modern and the postmodern. Habermas presents Modernity as a paradigm, a unique moment in the history of the West. It is within the Hegelian philosophy, according to Habermas, that for the first time it becomes aware at the conceptual level of what Modernity is. Habermas adds that neither Hegel nor his disciples ever questioned the achievements of Modernity. However, Nietzsche envisions in this Modernity the continuation of the same evil: reactive life would continue to triumph, the values below come into effect and the old metaphysical and life-denying values that will determine actions. Therefore, what Nietzsche proposes in his critique of modernity is an overvaluation of values, which would necessarily imply the overcoming of reactive values, because only then would greatness on earth be possible.

¹ Mestranda em Filosofia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí - UFPI

Keywords: Nietzsche. Habermas. Modernity. Transvaluation.

Este artigo apresenta uma interpretação a respeito das considerações críticas do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) sobre a modernidade. Nietzsche foi um dos primeiros filósofos a tematizar criticamente a condição moral moderna, identificando os possíveis equívocos deste projeto e apontando as consequências desses equívocos para a modernidade. Contudo, Habermas faz uma crítica a Nietzsche, apresentada pela demonstração do conceito de modernidade em Hegel.

Ao examinar a origem e o desenvolvimento histórico dos valores ocidentais, Nietzsche chega à conclusão de que os fundamentos morais que tem norteado o Ocidente foram articulados a partir de uma perspectiva negadora da vida e do mundo terreno. Sabe-se que a moral ocidental está enraizada na tradição cristã e que esta, por sua vez, descende do judaísmo. Parte considerável da história da tradição judaica se desenvolveu no contexto da escravidão, e para Nietzsche, esse dado histórico é fundamental para compreendermos a procedência genealógica dos valores morais do Ocidente, uma vez que o ambiente de tensão entre o povo escravizado e os seus senhores teria constituído o solo fértil a partir do qual esses valores teriam brotado. Oprimidos pela escravidão e impotentes para realizar uma reação imediata, os judeus teriam promovido uma espécie de revolta moral com o objetivo de obterem uma vingança, mesmo que imaginária, contra os seus senhores.

Na ótica nietzschiana, a tradição judaica passou, portanto, a ser norteada por uma moral por valores que negavam as qualidades dos senhores e, ao mesmo tempo afirmava os atributos resignados dos escravos. Para dar legitimidade a essa moral, os sacerdotes tiveram que se apoiar na ideia de vingança divina. Isto, é a moral judaica teria sido sustentada pela promessa de que num momento vindouro, Deus libertaria os escravos e vingaria toda dor aturada por eles até então. Essa esperança teria, por sua vez majorado o sentimento de resignação nos judeus, pois a expectativa, de um dia, inverter os papéis em relação aos opressores deu-lhes um alento para suportar seus sofrimentos.

É justamente nesse desejo de reviravolta vingativa que Nietzsche compreende a disposição afetiva fundamental da moral ocidental, a saber, o ressentimento. A desvalorização da vida da terra e o ódio reprimido, seriam, portanto, os sentimentos a partir dos quais teria brotado a moral ocidental.

1. CONTEXTO HISTÓRICO-FILOSÓFICO

Por volta de 1800 Hegel emprega a expressão “Novo Tempo” ou “Tempo Moderno”, que segundo Habermas, é o conceito de uma época:

A descoberta de um “Novo Mundo”, assim como o Renascimento e a Reforma, os três grandes acontecimentos por volta de 1500, constituem o limiar histórico entre a época moderna e a medieval. (HABERMAS, 2000, p. 08).

A modernidade pode ser entendida como um ideário relacionado ao projeto empreendido a partir da transição teórica operada por Descartes com a ruptura com a tradição herdada e o estabelecimento da autonomia da razão. Do ponto de vista de conjunto da história europeia, esse novo tempo ou tempo moderno mantém uma relação essencial e interna com o racionalismo ocidental: “Para Max Weber ainda era evidente a relação interna e não meramente contingente, entre a modernidade e aquilo que designou como racionalismo ocidental” (HABERMAS, 2000, p. 03).

Para Luís Repa (2010), essa necessidade de auto certificação ou auto fundamentação da modernidade, teria sido entendida por Hegel, como tarefa de sua filosofia. Abarcar em pensamentos a época presente é compreender por que e como a modernidade pode resolver a questão de orientar-se normativamente a partir do seu próprio solo.

A consciência histórica de época e a necessidade de auto certificação formam os dois primeiros motivos que, para Habermas, impelem a filosofia hegeliana a articular em conceitos seu próprio tempo, e, com isso, articular pela primeira vez, no âmbito do discurso filosófico, um conceito de modernidade. Mas essa articulação só se inteira à medida que o assunto próprio da filosofia, a razão, é religado à necessidade histórica de auto certificação. Porque o processo de esclarecimento no séc. XVIII desvalorizou a tal ponto as autoridades baseadas na tradição, a modernidade só pode encontrar legitimidade a partir de discursos racionais, a partir da crítica da razão. (REPA, 2010, p. 153)

É no interior da filosofia de Hegel, segundo Habermas, que pela primeira vez se toma consciência no plano conceitual, da relação interna entre modernidade e racionalidade. Para Habermas, Hegel elabora um claro conceito de modernidade, compreendendo a dinâmica de suas figuras.

Ora, Hegel foi o primeiro filósofo que desenvolveu um conceito claro de modernidade; em razão disso é necessário retornar a Hegel se quisermos entender o que significou a relação *interna* entre modernidade e racionalidade, que permaneceu evidente até Max Weber e hoje é posta em questão. Temos que reexaminar o conceito hegeliano de modernidade para podermos julgar se é legítima pretensão daqueles que estabelecem suas análises sobre *outras* premissas. (HABERMAS, 2000, p. 08).

A compreensão hegeliana da Modernidade pertence não apenas a um sentido cronológico. As expressões Modernidade ou “Novos tempos”, lançam luz a uma época voltada para o futuro, algo que se abre para o novo:

Uma vez que o novo mundo, o mundo moderno, se distingue do velho pelo fato de que se abre para o futuro, o início de uma época histórica repete-se e se reproduz a cada momento do presente, a qual gera o novo a partir de si. Por isso, faz parte da consciência histórica da modernidade a delimitação entre ‘o tempo mais recente’ e a ‘época moderna’: o presente como história

contemporânea desfruta de uma posição de destaque dentro do horizonte da época moderna. Hegel também entende ‘o nosso tempo’ como ‘tempo mais recente’. (HABERMAS, 2000, p. 11).

A expressão “novo tempo” e “tempo moderno” pertence ainda, de acordo com Habermas, ao vocabulário próprio da filosofia de Hegel, como dimensão essencial de consciência histórico-temporal, que expressa algo no presente, uma reflexão da própria posição na história. É nesse sentido que o termo *Zeitgeist* (espírito do tempo) designa o presente como transição que se consome na consciência da abertura para o novo e na espera pela alteridade do futuro.

Sendo assim, vem à luz o problema que se coloca para a moderna consciência histórica da cultura do Ocidente e que se explica no contexto dessa oposição que o conceito de novo tempo significa relativamente ao passado: a modernidade não pode e não quer mais tomar de empréstimo seus critérios de medida orientadores a modelos fornecidos por uma outra época; a modernidade precisa criar com base em si mesma sua própria normatividade. A modernidade se encontra, portanto, sem possibilidade de fuga, exclusivamente remetida e dependente de si própria, no que diz respeito à criação de suas referências valorativas fundamentais; nos termos dessa total ruptura com a tradição enuncia-se o problema filosófico de sua auto fundamentação (HABERMAS, 2000, p. 16).

2. NIETZSCHE COMO PONTO DE INFLEXÃO DA MODERNIDADE

Habermas considera o ingresso de Nietzsche no cenário da modernidade como um ponto de inflexão que altera o rumo da trajetória anterior (HABERMAS, 2000, p.121). Com a entrada de Nietzsche no discurso da modernidade, a argumentação altera-se radicalmente: “Nietzsche renuncia a tarefa de proceder a uma revisão do conceito de razão, submetendo a razão subjetivamente centrada, uma vez mais a uma crítica imanente” (HABERMAS, 2000, p. 124). Nietzsche faz agora sua opção por uma crítica radical da razão que, mas ao final, não encontra outra saída senão precipitar-se no abismo irracional metafísico, solapando toda e qualquer pretensão do conhecimento de adquirir para si um fulcro de validade objetiva: “Por três vezes falhou essa tentativa de talhar um conceito de razão segundo o programa de um esclarecimento em si dialético” (HABERMAS, 2000, p. 124).

Para Nietzsche, a razão fora concebida como autoconhecimento reconciliador, depois como apropriação libertadora e, finalmente, como rememoração compensatória, para que pudesse se apresentar como equivalente do poder unificador da religião e superar as cisões da modernidade a partir das forças motrizes da própria modernidade. Nietzsche renuncia a uma nova revisão do conceito de razão e despede a dialética do esclarecimento.

Utilizando agora, a arma da razão histórica para empregá-la contra a cultura histórica da modernidade, Nietzsche faz crítica a cultura histórica da modernidade, conquistando acesso

àquilo que, para ele, apresenta-se como o outro irreconciliável da razão: o domínio e o declínio do mito. O recurso mediatizado ao mito se apresenta como a saída nietzschiana para fora dos impasses da modernidade, como salto no escuro para o outro absoluto da razão.

Revitalizada pela seiva poética de uma mitologia, a celebração religiosa se transforma em obra de arte coletiva e, recuperando, na esfera da vida pública, a dimensão do culto, torna possível a superação do estado de atomização social engendrado por uma apropriação meramente privada da cultura. (Habermas, 2001, p. 136).

Sobre a ruptura subsequente entre Nietzsche e Wagner, Nietzsche sempre concebera, desde seus primeiros escritos, o fenômeno dionisíaco como dimensão mítica, na qual a natureza e o homem, reconciliados entre si e transfigurados pela obra de arte. A vontade de poder² não constitui um fundamento metafísico ou uma unidade simples, pois isso significaria colocá-la em contradição com a vida, com o mundo entendido como uma pluralidade de forças, onde a unidade é sempre um arranjar falsificador. O pluralismo intrínseco à filosofia nietzschiana, não obstante apresenta o conhecimento como ficções criadas pela vontade de poder, apresenta-nos, contrariamente à crítica habermasiana, um critério para a verdade: a própria vida como vontade de poder.

A crítica nietzschiana da modernidade prosseguiu por duas vias. O cientista cético, que deseja desvelar a perversão da vontade de poder, a revolta das forças reativas e a origem da razão centrada no sujeito com métodos antropológicos, psicológicos e históricos.

3. NIETZSCHE, A MODERNIDADE E O PROCESSO DE *TRANSVALORAÇÃO*

Todos os escritos posteriores à *Assim falou Zaratustra*³ (2011), lançado por Nietzsche em 1885 considerado período maduro de sua filosofia, são integrantes de um projeto marcado pela ideia da “transvaloração de todos os valores”. Essa ideia de transvaloração aparece em vários momentos, com roupagens e intenções diferentes, ao longo das fases em que se divide seu pensamento (Cf. MARTON, 2000).

A necessidade urgente do projeto nietzschiano de uma transvaloração de todos os valores, especialmente no *Zaratustra* está relacionada ao evento fundamental da modernidade: a “morte de Deus⁴” (Cf. FINK, 2001, p. 147-148). Para Eugen Fink, “o tema

² A “vontade de poder” ou “vontade de potência” é um dos conceitos de Nietzsche importantes para compreender seus escritos. A vontade de potência tornou-se título de um projeto de livro amplamente nutrido por Nietzsche. Em agosto de 1888 ele estabeleceu um derradeiro plano para o conteúdo desse livro. Posteriormente tanto o título como a concepção do livro foram alterados. Em lugar dele, o *Crepúsculo dos ídolos* foi realizado como o primeiro livro de “transvaloração de todos os valores.”

³ *Assim Falou Zaratustra* (2011), foi escrito e publicado de forma progressiva, entre os anos de 1883 a 1885. A obra é composta por quatro partes, onde Zaratustra é o protagonista e representa a autossuperação da moral.

⁴ Essa exclamação é uma das mais conhecidas frases de Nietzsche. A afirmação da morte de Deus é, figuradamente, a constatação do estado de coisas na Europa no final do século XIX a partir do Iluminismo. Ela provém de um parágrafo de *A gaia ciência* intitulado “O homem louco” ou “O homem insensato”. Em

central da primeira parte do *Zaratustra* é a “morte de Deus”. Todos os discursos têm de ser encarados a partir do seu centro essencial, isto é, da morte de Deus” (FINK, 1983, p. 76). Com a morte de Deus, o ser humano não dispõe mais de uma garantia de sentido ou razão para sua existência, todas as suas referências foram abaixo, daí a necessidade de uma transvaloração de todos os valores.

A obra *Genealogia da Moral*⁵ (2017), lançada em 1887, foi escrita originalmente como um complemento e clarificação de *Além do bem e do mal*, e é um livro que aborda temas de grande envergadura, como: a dor, decadência, vontade, verdade, vida, vingança etc. Assim, o texto ganha autonomia e não mais se limita a ser uma obra de esclarecimento, passando a dedicar-se ao diagnóstico e análise pormenorizada de certas disposições do espírito humana.

A *Genealogia da moral* é composta de três ensaios ou três dissertações que formam um conjunto coeso e são guiados por um mesmo projeto, qual seja, a ideia de transvaloração de todos os valores. Em seu aspecto crítico, um dos conceitos que age como unificador destes três ensaios é o ressentimento: ele está na base da valoração reativa que origina a “revolta dos escravos na moral” (Primeira Dissertação), assim como da “má consciência” (Segunda Dissertação), a qual por sua vez é transformadora em consciência de culpa, em “pecado”, e assim continuamente explorado pelo sacerdote ascético (Terceira Dissertação).

Como filólogo de formação, Nietzsche aprofunda-se, justamente, no estudo da palavra *bom* e, conseqüentemente, da palavra *mau*. A primeira dissertação é então, dedicada a esclarecer as ideias que deram origem ao que é considerado “*Bom e mau*”, “*bom e ruim*”. Nietzsche inicia a caracterização dos elementos que compõem esse título por um exercício de interpretação histórica das transformações desses conceitos e da análise etimológica dos termos que dão corpo a estes. Segundo Nietzsche, o fundamento de sua tese está no fato de que as designações para *bom* cunhadas pelas mais diversas línguas são transformações conceituais, onde o homem nobre deveio do bom e o homem comum, em oposição ao nobre, deveio do ruim. Sobre isso escreveu ele:

A indicação do caminho certo me foi dada pela seguinte questão: que significam exatamente, do ponto de vista etimológico, as designações para “bom” cunhadas pelas diversas línguas? Descobri então que todas elas remetem à mesma transformação conceitual. (NIETZSCHE, 2008, p.18)

Este capítulo trata ainda da psicologia do cristianismo, nele Nietzsche discute a origem dos sentimentos morais a partir do antagonismo metafísico de duas classes: a dos senhores e a dos escravos. Com isso, ele deseja entender as condições da criação dos juízos morais e a

sua outra obra *O Anticristo*, o embate com a religião, em especial o cristianismo, faz da expressão sobre o Deus morto tema recorrente em seus escritos posteriores. Mais tarde em *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche retorna diversas vezes a esse tema.

⁵ Na *Genealogia da Moral* (1887), Nietzsche detecta alguns pontos das origens dos valores morais. O filósofo ressalta a inversão sofrida por tais valores pelas influências que se prendem com força. Por isso, quase toda a obra girará em torno da questão do valor: o que é o bom?

consequência da aplicação desses juízos para o desenvolvimento das sociedades. A classe dos senhores tem duas classes rivais: a guerreira e a sacerdotal. A guerreira é aquela que faz culto as virtudes do corpo, e a sacerdotal inventa o espírito. É justamente da rivalidade dessas duas classes, da guerreira e da sacerdotal, que surgem as duas morais que Nietzsche trata.: a moral dos senhores e a moral dos escravos.

Para a moral dos senhores os fortes, os nobres e os sádios utilizam o termo *bom* tendo como antônimo o termo *ruim*, por exemplo: Em uma luta, lutador bom versus um lutador ruim se analisa apenas a técnica de luta, então para a moral dos senhores a avaliação desenvolvida por eles é de uma avaliação técnica. Com certeza em uma luta um de um lutador bom e um ruim, o bom vencerá, pois, ele domina a técnica de luta. Sobre a moral dos senhores, Nietzsche diz a seguinte frase: “Precisamente o oposto do que sucede com o nobre, que primeiro e espontaneamente, de dentro de si, concebe a noção básica de “bom”, e a partir dela cria para si uma representação de “ruim”. É afirmando e elaborando o conceito *bom* a partir de si mesmo “eu sou bom”, “eu sou belo”, “eu sou forte” que em oposição cria-se o conceito ruim para tudo aquilo que é baixo, vulgar e plebeu.

Por outro lado, na moral dos escravos, os fracos, os doentes e os escravos utilizavam o termo *bom* como antônimo o termo *mau* e não o termo *ruim* conforme a moral dos senhores. Então quando eles analisam o termo mau eles estão analisando a crueldade e não a técnica de luta. Por tanto, quando se analisa a crueldade se cria agora uma avaliação moral e não mais uma avaliação técnica conforme a moral dos senhores tinha feito. Na moral dos escravos surge a avaliação moral, daí a criação artificial da moral. Sobre a moral dos escravos escreveu Nietzsche:

A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava Não a um “fora”, um “outro”, um “não-eu”- e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento. (NIETZSCHE, 2017, p. 26)

Qual é a consequência disso tudo? Quando os fortes por exemplo deixam de fazer uma avaliação técnica e passam a fazer uma avaliação moral eles se dão conta de que eles são os maus, e daí eles se arrependem. Assim os fortes não são mais fortes, eles deixam de ser lobos e acabam se tornando ovelhas (animal de rebanho). Podemos dizer que existe uma dupla origem para nossos juízos de valor, resultantes de duas formas distintas de avaliar a vida, a primeira a partir da moral dos senhores e a segunda a partir da moral dos escravos.

Com todo esse estudo Nietzsche analisa, investiga e nos apresenta a partir de sua obra uma inversão de valores também chamada de transvaloração de valores. Durante muito tempo essas duas morais conviveram na história da humanidade, porém existiu um certo momento a

partir do Judaísmo e do Cristianismo, onde a revolta dos escravos (a revolta da moral dos escravos) acabou se consolidando como a única moral, deixando de lado a moral dos senhores. “Os senhores foram abolido; a moral do homem comum venceu” (NIETZSCHE, 2017, P. 9).

Nietzsche destaca então que, com o Cristianismo e com o Judaísmo houve a vitória da moral dos escravos sob a moral dos senhores. Com a consolidação de uma única moral há então essa transvaloração dos valores, onde por exemplo o *bom* passa a ser o pobre e o miserável.

Mas que quer com ideais mais nobres! Sujeitemo-nos aos fatos: o povo venceu – ou os “escravos”, ou “a plebe”, ou o “rebanho”, ou como quiser chama-lo – se isso aconteceu graças aos judeus, muito bem! Jamais um povo teve missão maior na história universal. (NIETZSCHE, 2017, p. 25).

Já o segundo capítulo do livro irá tratar da “*Má consciência e da culpa*” Nietzsche nos apresenta neste capítulo a psicologia da consciência moral. Nele Nietzsche nos abre os olhos para muitas verdades que nós deixamos de lado devido a nossa moralidade, a moralidade que seguimos, a moralidade que estamos inseridos: “Nesta esfera, a das obrigações legais, está o foco de origem desse mundo de conceitos morais: “culpa”, “consciência”, “dever”, “sacralidade do dever” – o seu início como tudo grande na terra, foi largamente banhado de sangue”. (NIETZSCHE, 2017, p 50)

Ele nos diz que por exemplo, a antiga e remota história do homem nos ensina que observar alguém sofrer ou ser castigado era e é uma alegria, pois a crueldade é a nossa natureza, é a natureza humana. Então a crueldade e o sofrimento fazem parte da natureza humana, segundo Nietzsche, no tempo em que a humanidade ainda não se envergonhava de sua natureza e de sua crueldade a história humana era muito mais feliz que este pessimismo que vivemos agora.

Um doentio moralismo ensinou ao homem a envergonhar-se de todos os seus instintos, por isso a interioridade é o resultado de uma perversão dos instintos, todos os instintos que não se exteriorizam acabam se interiorizando e isso acaba gerando o mundo interior, que até então não existia porque naturalmente os instintos se exteriorizam. Porém com a criação da moralidade (apresentada no primeiro capítulo quando Nietzsche fala da moral dos escravos) acaba gerando assim um mundo interior então tudo aquilo que não vai para fora acaba se internalizando no sujeito, surgindo daí o conceito de culpa e de má consciência.

A consciência nada mais é que para Nietzsche um instinto de crueldade que foi impedido de se exteriorizar. A má consciência em si é entendida como os instintos reprimidos que por serem impedidos de se exteriorizar se interiorizaram e acabam se voltando contra o próprio homem. Sobre isso Nietzsche destaca: “As barreiras que a organização social construía para se desenvolver contra os antigos instintos de liberdade, e em primeiro lugar a barreira do castigo conseguiram que todos os outros instintos dos homens selvagens se voltassem contra o homem interior: a ira, a crueldade, a necessidade de perseguir, tudo isso dirigia contra o possuidor de tais instintos eis a origem da má consciência.” E assim veio ao mundo a pior de

todas as doenças: o homem doente de si mesmo que declarou guerra contra os antigos instintos.

O terceiro e último capítulo da obra, intitulado “O que significam ideais ascéticos” trata da psicologia do sacerdote. Neste capítulo Nietzsche investiga várias figuras humanas como por exemplo o sacerdote e o filósofo, e relaciona essas figuras com os ideais ascéticos tentando entender este ideal a partir de cada figura. Para Nietzsche os ideais ascéticos não significam a busca do vazio e do nada, é justamente um horror a esse vazio. Os ideais ascéticos são o resultado do niilismo absoluto de nosso tempo. É aqui onde a crítica nietzschiana atinge seu ponto máximo, os valores ascéticos são a conclusão, o desfecho, o produto final do ressentimento e da má consciência.

Todos os ideais da história de acordo com Nietzsche eram ascéticos. Existe para ele uma íntima relação entre vontade e ideal ascético, quando o homem se eleva da sujeição animal quando ele está acima dos instintos ele acaba agindo a partir da vontade. O ideal ascético tem uma importância positiva, pois esse ideal acaba criando um abismo e sobre esse abismo a vontade procura lançar uma ponte entre ele próprio e o super-homem. O ideal ascético foi assim o único ideal.

CONCLUSÃO

A transvaloração na filosofia de Nietzsche tem como escopo principal a liberação do homem do grande cansaço de existir, ou seja, trata-se de indicar o projeto de transvaloração como um projeto de redenção do homem, como liberação do homem para o além-do-homem, como ensina Zarathustra. Para isso, é necessário cotejar as pistas fornecidas por Nietzsche em *Assim falou Zarathustra*, como também outras indicadas em *A Genealogia da Moral* sobre sua consideração em torno de um novo tipo de homem que, segundo sua expectativa, viria confirmar o caráter dinâmico da vontade de poder na criação de novos valores, ao mesmo tempo em que cancelaria a superação do niilismo na aceitação incondicional do mundo e da vida, isto é, no amor fati.

Desse modo, faz-se necessário apresentar, a partir das duas obras mencionadas, aspectos importantes que apontam para as expectativas de Nietzsche em relação à elevação do homem e sua consequente superação da moral. Nietzsche nos apresenta a história e a origem dos valores morais, e justamente a partir de uma inversão de valores, ou seja, de uma transvaloração que se deu a partir da consolidação da moral dos escravos é que surgiu a culpa e a má consciência que é uma interiorização dos instintos reprimidos e justamente pelo ressentimento é que existiu uma destruição dos valores vitais e uma defesa da moral ascética dos fracos.

A conclusão é de Nietzsche que não existem valores, noções absolutas de bem e mal, os valores e todas as noções morais são artificiais, são criadas pelo homem a partir de suas necessidades. A moral assim é criação humana, um produto da história humana onde os homens

são os verdadeiros criadores dos valores morais, sobretudo das religiões.

REFERÊNCIAS

FINK, Eugen. *A filosofia de Nietzsche*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução: Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEGEL, F. W. G. *Fenomenologia do espírito*. Tradução: Paulo Menezes. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MARTON, Scarlett. *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da moral*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.